



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

EMMANUELLE PEREIRA FERREIRA

**DIFUSÃO CULTURAL NO ARQUIVO PERMANENTE DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA PARAIBA**

**JOÃO PESSOA
2016**

EMMANUELLE PEREIRA FERREIRA

**DIFUSÃO CULTURAL NO ARQUIVO PERMANENTE DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA PARAIBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB como requisito para obtenção do Título de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: **Profa. Ma. Claudialyne da
Silva Araújo**

**JOÃO PESSOA
2016**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F383d Ferreira, Emmanuelle Pereira
Difusão cultural no arquivo permanente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba [manuscrito] / Emmanuelle Pereira Ferreira. - 2016.
42 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.
"Orientação: Profa. Ma. Claudialyne da Silva Araújo, Departamento de Arquivologia".

1. Arquivo permanente. 2. Difusão cultural. 3. Função social do arquivo. I. Título.

21. ed. CDD 025.171

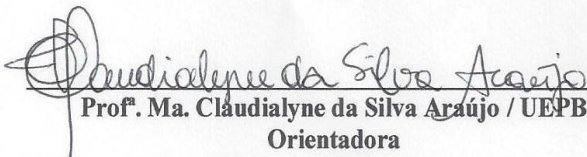
EMMANUELLE PEREIRA FERREIRA

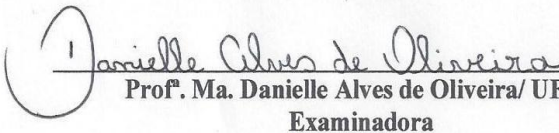
**DIFUSÃO CULTURAL NO ARQUIVO PERMANENTE DO TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DA PARAIBA**

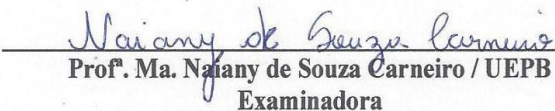
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Arquivologia da Universidade
Estadual da Paraíba – UEPB como requisito
para obtenção do Título de Bacharel em
Arquivologia.

APROVAÇÃO EM: 25 / 10 / 2016

BANCA EXAMINADORA


Prof.ª Ma. Claudialyne da Silva Araújo / UEPB
Orientadora


Prof.ª Ma. Danielle Alves de Oliveira / UFPE
Examinadora


Prof.ª Ma. Naiany de Souza Carneiro / UEPB
Examinadora

Ao meu grandioso Deus, por ser essencial em minha vida.
Aos meus pais, por todo apoio e incentivo.

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me dado o dom da vida, pela força e coragem durante esta longa caminhada, por não me deixar desistir dos meus objetivos. Senhor, sinto a sua presença em minha vida.

Aos meus pais, Edneide Pereira e José Gomes, meus maiores exemplos. Mãe obrigada por sempre está ao meu lado, me incentivando e me orientando a perseverar na fé, por ter me ensinado a nunca desistir dos meus sonhos, por mais que pareçam difíceis. Pai obrigada pelos seus ensinamentos de vida.

Aos meus irmãos, Alexsandra e Alexsandro, pelo apoio, principalmente nos momentos turbulentos. A minha linda sobrinha, Maria Heloísa, por me fazer sorrir, mesmo quando estava triste, com este seu jeito doce e ingênuo.

Ao meu namorado, Aristóteles, pela força e incentivo, por sempre apoiar as minhas decisões e me fazer acreditar que eu posso alcançar meus objetivos.

A uma grande amiga que a Arquivologia me proporcionou, Iane Pires. Obrigado pelo companheirismo ao longo desta jornada acadêmica, por todo apoio e cumplicidade.

A minha orientadora, Profa. Ma. Claudialyne da Silva Araújo, pela paciência na orientação e incentivo que tornaram possível a concretização deste trabalho.

As professoras por aceitarem fazer parte da banca examinadora, Danielle Alves de Oliveira e Naiany de Souza Carneiro, o meu muitíssimo obrigada.

Aos professores do curso de Arquivologia, que desempenham com dedicação as aulas ministradas, por toda transmissão segura e paciente de conhecimento.

Aos servidores e estagiários da Seção de Arquivo e Protocolo do TRE/PB, em especial a José Nagilieudo e Flávia de Araújo, que se comprometeram a colaborar no que fosse preciso, para a realização desta pesquisa.

A todos que direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação acadêmica, esse é o meu sincero agradecimento. Muito obrigada!

O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.
(Declaração Universal sobre os Arquivos - DUA).

RESUMO

Nos Arquivos permanentes os documentos são preservados em função do seu uso histórico, cultural e social, além do mais, é nesta fase que os documentos são caracterizados como de interesse público. Estes arquivos assumem um papel fundamental na construção do conhecimento da sociedade, são verdadeiros lugares de informação, memória e cultura. Desse modo, o arquivo precisa assumir a sua função social, contribuindo na efetivação da memória da sociedade. Assim sendo, é através da difusão cultural que pode-se conquistar esse objetivo, este serviço torna-se indispensável para interligar Arquivo e sociedade. A presente pesquisa teve como objetivo geral propor ações de difusão cultural no Arquivo permanente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, visto que, este acervo apresenta um relevante valor para a história e a cultura da sociedade paraibana, nele estão custodiados documentos que marcaram a construção e o desenvolvimento da política no estado. No percurso metodológico, o estudo possui abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. Quanto ao instrumento de coleta de dados, utilizou-se o questionário semiestruturado aplicado aos servidores e estagiários do arquivo. As análises dos dados evidenciaram que o arquivo tem a função principal de atender as demandas administrativas, não explorando a sua função de cunho social, constatou-se também, a inexistência de serviços que promovam as atividades do arquivo. Desse modo, a investigação proporcionou sugerir atividades de difusão cultural, considerando as reais necessidades do arquivo. Portanto, percebe-se que as atividades de difusão cultural são de extrema importância para os arquivos, por proporcionar a ampliação da disseminação da informação, dessa forma, a sociedade passa a ter conhecimento do seu verdadeiro papel social, e passam a visitá-los com maior frequência.

Palavras-chave: Arquivo permanente. Difusão cultural. Função social do arquivo.

ABSTRACT

In the permanent archives documents are preserved due to their historical, cultural and social use, moreover, it is at this stage that the documents are characterized as public interest. These archives play a very important role in developing the knowledge of society; they are real places of information, memory and culture. Thereby, the archive needs to take its social function, contributing to the performance of the individual/collective memory of society. Therefore, it is through cultural diffusion that we can achieve this goal. This service becomes indispensable to interconnect archive and society. This research aimed to propose cultural diffusion actions in the permanent file of the Regional Electoral Court of Paraiba, whereas this collection has an important value for the history and culture of Paraiba society, it contains documents that marked the construction and the development of the politics in the state. In the methodological course, the study has a qualitative exploratory and descriptive approach. As for the data collection instrument, we used the semi-structured questionnaire applied to servers and archive interns. The data analysis showed that the archive has the main function to meet the administrative demands, not exploring their social nature function. The absence of services that promote the archive activity was noticed as well. Thus, the research provided the suggestion of cultural diffusion activities, considering the true archive needs. Therefore, it is clear that cultural diffusion activities are extremely important for the archives, for providing the expansion of information dissemination. Thus, the society begins to be aware of their true social role, and comes to visit it more frequently.

Keywords: Culture diffusion. Permanent archive. Social function of the archive.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1	A MEMÓRIA E O SURGIMENTO DO ARQUIVO	12
2.2	ARQUIVOS PERMANENTES	16
3	DIFUSÃO CULTURAL E AÇÃO EDUCATIVA	18
4	HISTÓRICO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA	20
4.1	ARQUIVO PERMANENTE DO TRE/PB	20
5	METODOLOGIA.....	22
6	ANÁLISE DOS DADOS	24
6.1	SUGESTÕES DE ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL	28
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
8	REFERÊNCIAS	34
	APÊNDICES	36
	ANEXOS	39

1 INTRODUÇÃO

O arquivo permanente é constituído por documentos que passaram do seu valor administrativo, e que agora estão sendo preservados devido ao seu valor histórico, cultural e social, além do mais, é nesta fase que os documentos são caracterizados como de interesse público. Diante disto, o arquivo precisa assumir a sua função social, contribuindo na efetivação da memória da sociedade.

Assim sendo, o serviço de difusão cultural é o que melhor contorna esta aproximação entre arquivo e sociedade, esta prática tem sido uma ferramenta significativa para a divulgação das instituições arquivísticas. No entanto, esta função ainda é incipiente nos Arquivos públicos brasileiros, sobretudo no estado da Paraíba. A difusão ainda é tratada como uma atividade secundária dos acervos, porém, deveria ser uma função com o mesmo nível de importância das outras funções arquivísticas, pois é através dela que a população conhece o patrimônio documental.

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba TRE/PB é um órgão público do poder judiciário, que atua com o propósito de garantir ao cidadão, o exercício máximo da cidadania que é o seu direito de votar, deste modo, o arquivo permanente da instituição representa um contexto essencial para a manutenção da memória eleitoral do estado, onde estão custodiadas informações relevantes ao conhecimento coletivo, que retratam a história local dos fatos eleitorais, constituindo-se em um lugar de memória, informação e cultura de grande significação para a sociedade paraibana.

Desse modo, a realização do estágio no setor de Arquivo do referido órgão, proporcionou vivenciar toda a conjuntura do arquivo permanente, onde se percebeu a inexistência de uma política de disseminação do seu acervo, como também, observou-se uma carência de usuários internos e externos.

Partindo desta premissa, surgem algumas indagações: A administração da instituição (servidores) reconhece a importância do seu acervo permanente, enquanto fonte de informação e cultura? Como dar visibilidade ao arquivo, para assim, atrair os usuários?

Sendo assim, o objetivo geral dessa pesquisa é Propor ações de difusão cultural no Arquivo permanente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Para traçar essa avaliação, apresentamos como objetivos específicos:

- Identificar as atividades desenvolvidas no Arquivo permanente do TRE/PB;
- Demonstrar os potenciais de difusão cultural a serem utilizadas pelo Arquivo do TRE/PB;

- Sugerir ações de difusão cultural para o Arquivo permanente do TRE/PB.

A escolha do tema deste estudo surgiu a partir de um trabalho realizado na disciplina Uso e Usuários da Informação Arquivística, onde percebemos a relevância da difusão cultural para promover o acesso, disseminação e a socialização dos acervos, de modo a despertar na sociedade o interesse para o conhecimento das informações custodiadas pelos arquivos, que na sua maioria possuem um valor histórico e cultural de grande valia, e que estão esquecidas por não terem sido tratadas com a visão de contribuir na efetivação da memória de uma determinada sociedade e sim apenas considerando o valor administrativo dos documentos.

A idéia da pesquisa consolidou-se durante a experiência no período de estágio, onde observamos a ausência do arquivo quanto à falta de divulgação, despertando assim, o interesse de tornar conhecido o acervo do TRE/PB.

Para o cenário da Arquivologia, o presente estudo traz uma contribuição importante, pois, a área ainda carece de estudos e produções acadêmicas sobre difusão cultural, onde grande parcela dos estudos realizados estão voltados para a parte tecnicista, ou seja, aos procedimentos de gestão documental. Diante disso, as atividades culturais como forma de divulgação das informações, ainda são pouco realizadas pelas instituições arquivísticas, e dessa forma, esta pesquisa poderá despertar nos arquivistas, o desejo de refletir e discutir o verdadeiro papel social dos arquivos, possibilitando novas perspectivas de ação para estes profissionais no mercado de trabalho.

Além disso, para a sociedade esta pesquisa contribui proporcionando um novo caminho de fonte informacional para a expansão do conhecimento e da cultura, pois, se trata de uma instituição que possui um grande potencial de informações, que discorre toda a trajetória eleitoral paraibana. Sendo assim, com o serviço de difusão a propagação do acesso torna-se bastante viável para atrair a comunidade, possibilitando que essa conheça a potencialidade e a importância do patrimônio documental do arquivo. Dessa forma, está interação poderá despertar o interesse do cidadão em visitar o arquivo frequentemente.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A MEMÓRIA E O SURGIMENTO DO ARQUIVO

Memória é a faculdade mental que permite adquirir, capturar, armazenar e evocar informações e episódios ocorridos e vividos ao longo da vida. Permitindo assim, uma reconstrução do passado, o qual trará experiências e conhecimentos que serve de suporte para a consolidação do presente, e percepção do futuro.

“A memória é, portanto, processo, projeto de futuro e leitura do passado no presente.” (JARDIM, 1995, p. 2). Devemos pensa-lá como um processo permanente de construção e reconstrução, e não apenas como regaste do passado, pois o presente se tornará passado, e a memória não será algo cristalizado, estará sempre se constituindo.

A memória individual é formada por lembranças das próprias vivências do sujeito, mas que envolve também, elementos sociais. Ainda que, apenas o indivíduo tenha vivenciado o acontecimento, está evocação trará fragmentos do contexto social ao qual está inserido, pois todo homem está interagindo e sofrendo modificações do meio social. Halbwachs (1990, p. 26) explica esta relação “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque em realidade nunca estamos sós.” Como podemos observar neste pensamento, a memória individual envolve também, aspectos sociais. “Tanto na sua matéria-prima como na sua motivação, a memória é obra da coletividade, mesmo que seja individual.” (PEREIRA, 2006, p. 96).

Por memória coletiva, entendemos que é, aquela constituída pelos acontecimentos vivenciados por uma comunidade/grupo, isto é, são lembranças articuladas em comum pela coletividade, que são preservadas como memória oficial. “Diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que este mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes.” (HALBWACHS, 1990, p. 69).

Conforme observamos, para pertencer a uma memória coletiva, é necessário que o indivíduo esteja envolvido em um determinado grupo social ao qual se identifica, articulando e partilhando as lembranças. Pois, mesmo que o sujeito não tenha vivenciado o evento, ele pode se identificar e passar a fazer parte desta memória. É a partir destes compartilhamentos sociais da memória, que o indivíduo pode organizar, modificar e alimentar suas lembranças.

A memória foi conservada e transmitida de geração para geração durante um vasto tempo, através da oralidade pelas sociedades ágrafas. No entanto, com o aparecimento da escrita, a memória coletiva passou a ser registrada em diferentes suportes.

E foram essas transformações ocorridas na memória coletiva, que propiciaram a criação de lugares para a guarda e conservação destes registros informacionais, no qual destacaremos os arquivos, verdadeiros “lugares de memória”, que é uma expressão criada pelo historiador Pierre Nora. Segundo ele “Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, organizar celebrações, [...] porque essas operações não são naturais.” (NORA, 1993, p. 13). É importante ressaltar, a existência de outras instituições memórias, como: os museus, as bibliotecas, entre outras.

Para Jardim “a memória verdadeira, transformada por sua passagem em história, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar.” (NORA apud JARDIM, 1995, p. 2). E assim, surgem os arquivos, mas precisamente os arquivos permanentes, foco desta pesquisa, com a missão de salvaguarda a memória de uma sociedade, constituindo-se em um núcleo significativo para a construção da identidade social.

Antes de abordarmos o conceito de arquivo, faz-se necessário entendermos o seu contexto de formação para os interesses administrativos e de memória.

Os primeiros arquivos surgiram no período compreendido como antiguidade oriental. Nesta época, a documentação era armazenada em templos, por serem lugares impostos pelos grupos dirigentes, sendo estes, os únicos que podiam consultá-las. A utilização dos documentos era excepcionalmente de uso jurídico-administrativo, ou seja, a documentação exercia apenas o papel de instrumento do governo e da administração.

Sobre este assunto, Bellotto (2002) relata que, entre os povos sumérios, egípcios, assírios e babilônios, os arquivos estavam a serviço das classes dirigentes, eram arquivos reais, religiosos, diplomáticos; dentre os registros documentais estavam leis, tratados, normas e preceitos.

Estas características relacionadas ao local de guarda dos documentos, e a função do seu uso apresentadas pelos arquivos, se conservaram ainda na época da antiguidade clássica. Na idade média de acordo com Reis (2006), as documentações vão estar essencialmente ao poder da igreja, concentradas em mosteiros e catedrais.

Portanto, foi a partir da idade moderna, com o início e desenvolvimento do estado moderno, quando houve o centralismo de poder, que surgiram os primeiros arquivos de

estado. Segundo Rousseau e Couture (1998), apesar do novo modelo de gestão, o poder ainda imperava entre os reis e senhores, e os arquivos continuavam ligados aos seus negócios, estando totalmente ao seu controle. Diante disso, os autores reforçam que, será preciso lutar para o fim dos regimes monárquicos, para assim, serem constituídos verdadeiros arquivos de estado.

Deste modo, podemos observar que com o passar dos tempos e o progresso das civilizações, o arquivo neste primeiro momento, foi desenvolvido com a perspectiva do seu valor administrativo, outra característica preponderante, é o fato da sociedade ficar a margem da realidade do acesso informacional, da verdadeira noção de arquivo público.

Já a idade contemporânea, representa uma fase marcante para a história dos arquivos, foi quando ocorreu o “estouro” documental, consequência do impulso da evolução tecnológica. Tudo começou com a Revolução Francesa em 1789, quando o antigo regime passa a modernidade, e a sociedade sofre alterações políticas, econômicas e no direito. O acontecimento revolucionário repercutiu absolutamente na noção, função e uso dos arquivos. Foi fundado em 1790, o primeiro Arquivo nacional, denominado Archives Nationales de Paris, que seria responsável por custodiar toda documentação da nova França, as quais traduziam suas conquistas e apontavam suas glórias (SCHELLENBERG, 2006). Ocorreu também, pela primeira vez, a abertura dos arquivos públicos para o acesso livre do cidadão, sendo assim, os documentos passaram a ser considerados um bem público.

Em meados do século XIX, os arquivos incorporam uma nova função, passam a agregar, além do seu valor administrativo, seu valor histórico. Assim, os documentos ganham o status de testemunhos da história (PAES, 2004). Trata-se agora, de instituições com um novo papel social, preservar os documentos em função do seu caráter histórico e cultural, contribuindo na efetivação da memória social. Conforme o exposto percebe-se, que desde cedo à humanidade sentiu a necessidade de preservar seus próprios registros, ou seja, sua própria memória. De início, os arquivos foram enxergados apenas pelo seu valor administrativo, conquistando posteriormente seu valor cultural e histórico. Sendo assim, a definição de arquivo foi sendo modificada paulatinamente, levando em consideração as alterações no âmbito político e cultural das sociedades.

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística conceitua Arquivo como sendo o “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do suporte.” (BRASIL, 2005, p. 27).

Já o Arquivo público, objeto de nosso estudo, é definido segundo o art. 7º da Lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que regulamenta os Arquivos públicos e privados, como: “o conjunto de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias.” (BRASIL, 1991, não paginado).

Observa-se, que os documentos de arquivo são produzidos e acumulados de forma natural, em consequência das funções de uma pessoa física ou jurídica, sendo estes tratados como um conjunto orgânico.

A definição de documentos, de acordo com Schellenberg (2006, p. 41) é a seguinte:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independente de sua apresentação física ou característica, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos.

A interpretação e o significado dos Arquivos também estão interligados com a chamada teoria das três idades, ou ciclo vital de documentos, nesta concepção o arquivo é dividido em três fases: a primeira idade corresponde ao arquivo corrente, a segunda ao arquivo intermediário e a terceira idade ao arquivo permanente.

Nesse sentido, Bellotto (2006) define as três idades como sendo, os arquivos correntes que é a fase em que são guardados os documentos que cumprem sua função administrativa e jurídica, onde sua utilização retrata as razões pela sua produção; os arquivos intermediários formado por documentos que já excederam seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser consultados pelo produtor; e os arquivos permanentes etapa em que permanecem os documentos de valor histórico, tendo seu uso direcionado para fins científico, social e cultural.

No que concerne ainda ao ciclo vital de documentos, este se fundamenta através de duas categorias de valores atribuídos aos documentos, são eles: o valor primário que corresponde ao motivo pelo qual o documento foi criado; e o valor secundário que reflete ao uso para fins diferentes daqueles que motivaram a sua produção, este refere-se ao seu valor potencial histórico que deve ser preservado para a construção da memória social e institucional.

Assim sendo, percebemos a relevância dos arquivos, que de um ângulo se fundamenta em dar suporte à administração; do outro se consolida com o seu caráter histórico e cultural.

2.2 ARQUIVOS PERMANENTES: LÓCUS DE MEMÓRIA

Como o universo da pesquisa compreende o arquivo permanente, faz-se necessário adentrarmos no seu contexto, para melhor esclarecimento sobre o seu verdadeiro papel. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define o arquivo permanente como sendo um “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor.” (BRASIL, 2005, p. 34).

Nesse sentido, o arquivo permanente é assim denominado, por custodiar documentos de valor secundário, qualificados pelo seu caráter científico, histórico, cultural e social, além do mais, é nesta fase que são caracterizados como de interesse público. Para Bellotto (2006, p. 25) os arquivos permanentes:

[...] São a matéria-prima da história. Ali estão documentados direitos e deveres do Estado: provas, e testemunhos que ficarão armazenados. Serão “dados” até que a pesquisa os resgate, transformando-os em “informações”, que poderão demonstrar, afinal, como se efetuaram as relações Estado-sociedade, e deles faça a sua análise, síntese, crítica e “explicação”.

Ou seja, os arquivos permanentes são verdadeiros recintos de memória, estão sobre sua custódia registros documentais que testemunham vivências e experiências sociais, servindo de suporte para a constituição da identidade individual, coletiva e institucional. “[...] Os arquivos são práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro.” (MATHIEU; CARDIN, 1990, p. 114).

É no arquivo público permanente que a sociedade encontra informações que retratam sua origem, história, e sua cultura. Estes arquivos assumem o papel de guardiões da memória, com a missão de preservar e transmitir a memória documental, constituindo-se em uma fonte de informação e conhecimento para a população.

“Apesar de os arquivos serem conservados primariamente para fins administrativos, constituem base fundamental para a história, não apenas do órgão a que pertencem, mas também do povo e suas relações sociais e econômicas.” (PAES, 2004, p. 121). Assim, percebemos a relevância dos arquivos permanentes para a sociedade.

Para que os arquivos permanentes cumpram sua função de custódia, preservação e disseminação dos fundos documentais, é necessário a realização das atividades que competem a esta fase documental. De acordo com Paes (2004, p. 122) classificam-se em quatro grupos distintos as atividades do arquivo permanente:

1. Arranjo – reunião e ordenação adequada dos documentos.
2. Descrição e publicação – acesso aos documentos para a consulta e divulgação do acervo.
3. Conservação – medida de proteção aos documentos e, conseqüentemente, do local de sua guarda, visando a impedir sua destruição.
4. Referência – política de acesso e uso dos documentos.

Todas essas atividades são imprescindíveis para a organização, preservação e difusão dos acervos permanentes, as quais devem ser planejadas e executadas de maneira eficiente e eficaz pelo arquivista, com isso, a transferência e o acesso à informação arquivística ocorrerão de modo satisfatório para os usuários em geral.

No entanto, é perceptível nos dias de hoje, que alguns arquivos não conquistam o seu público desejado, pois, muitos carecem de divulgação. Deste modo, é preciso que os arquivos coloquem em prática as atividades de referência, adotando na sua política institucional os serviços de difusão, especificamente a difusão cultural, que é uma competência peculiar dos arquivos permanentes, e é através desta função, que ocorre a interligação entre arquivo e comunidade, para que esta conheça a sua importância social e cultural.

3 DIFUSÃO CULTURAL E AÇÃO EDUCATIVA

Na sociedade atual, a informação é considerada um elemento imprescindível para o desenvolvimento social, político e econômico. A informação, quando entendida corretamente, fundamenta a construção do conhecimento, proporcionando significativas mudanças no modo de agir e pensar dos indivíduos. Segundo Barreto (1994, p. 1), “a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência e da sociedade como um todo”. Assim, a informação é um recurso de grande potencialidade para a produção do conhecimento individual e coletivo.

A informação torna-se um elemento vital para a sociedade, e está inserida na maioria das práticas e situações do nosso cotidiano. Coury (2001) enfatiza que, a informação é a matéria-prima básica para que o progresso aconteça, para que o desenvolvimento humano se realize de maneira plena e completa. Deste modo, o acesso à informação deve ser garantido como um bem social de todos.

Os arquivos carregam consigo, dentre suas responsabilidades, a de colocarem em prática a disseminação das informações, presente em seus acervos documentais. Desse modo, é através da difusão cultural, que os arquivos permanentes estabelecem o seu diálogo com a sociedade, levando ao conhecimento social, a sua importância enquanto ambiente de informação, memória e cultura.

Os debates sobre difusão cultural nos Arquivos não é um assunto apenas da atualidade, embora ainda não venha a se constituir como uma atividade primária, dentre as funções executadas pelos Arquivos públicos, este processo já era discutido no início do século XIX, quando os arquivistas sentiram a necessidade de agregar a difusão aos arquivos, a qual era realizada de diversas formas como a cópia, reprodução e a exposição temática de documentos. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998). Percebe-se, que nesta época, o procedimento de difusão era enfatizado com atividades bem limitadas, diferente da realidade atual, em que os Arquivistas podem fazer uso de vários métodos para disseminar a informação arquivística.

A difusão cultural é uma função de fundamental importância para os Arquivos permanentes, que muitas vezes, não dispõem de ações para que se torne conhecido. Sendo assim, a difusão cultural proporciona a divulgação dos produtos e serviços oferecidos pelos arquivos, é o canal de comunicação para efetivar a interação entre o arquivo e a sociedade. Segundo Perez (2005, p. 1) “o processo de difusão vem a ser a divulgação, o ato de tornar público, de dar a conhecer o acervo [...] assim como os serviços que este coloca a disposição dos seus usuários”. Observa-se, portanto, que a difusão compreende tornar conhecido o

acervo documental pelos usuários internos e externos, proporcionando a estes, o conhecimento da memória social que está registrada nos documentos arquivísticos.

De acordo com Bellotto (2006) existem dois caminhos contrários a serem conquistados com os serviços de difusão cultural, sendo um que permite o lançamento de elementos de dentro do arquivo para fora, e posteriormente, o que permite o retorno desses elementos para o seu recinto. Portanto, é através da difusão cultural que os arquivos, chamam a atenção da população e mostra que a sua importância, não se resume apenas na custódia, organização e preservação documental, seu objetivo vai além, proporcionar ao cidadão um ambiente de informação, contribuindo no conhecimento individual e coletivo.

Em relação às atividades culturais, os arquivos brasileiros promovem: palestras, seminários, exposições, debates, lançamentos de obras, entre outras atividades. No entanto, quando se pensa no arquivo como um espaço de difusão e ações culturais e educativas, é necessário que sejam realizados não só eventos circunstanciais, mas implementado um programa que realize atividades constantemente. (CABRAL, 2012).

As atividades de difusão podem ser desenvolvidas sobre três vertentes: difusão cultural, editorial e educativa. (BELLOTTO, 2006). A difusão editorial consiste em publicar informações referentes à documentação, programas e serviços oferecidos pelos arquivos. Já a difusão educativa, consiste em programas educativos para um público específico.

Bellotto (2006, p. 247) destaca a relevância dos serviços de difusão para os arquivos permanentes:

Quando um arquivo público instala, alimenta, desenvolve e expande seus serviços editoriais, culturais e educativos, alinhando-os à sua função informacional administrativa e científica, ele preenche seu lugar por direito e por conquista na comunidade. Esta deve ver no arquivo uma tribuna e um manancial de direitos e deveres, um lugar de entretenimento e uma real fonte de cultura e saber.

Todos esses serviços culturais e educativos têm um único propósito: atrair o usuário interno/externo, para que eles visitem frequentemente o arquivo, tornando-se um usuário real, pois, do que adianta ter um acervo organizado, se ele não dispõe de usuários, os quais são “a razão de ser” dos arquivos, um arquivo permanente sem usuários não tem sentido para existir. No entanto, colocando em prática as atividades de difusão cultural, o arquivo cumpre sua função social perante a comunidade.

4 HISTÓRICO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba é órgão máximo da Justiça Eleitoral no estado, tem como instância superior, o Tribunal Superior Eleitoral. Criado através do Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, tem como finalidade planejar e coordenar o processo eleitoral nas eleições federais, estaduais e municipais, no âmbito do Estado da Paraíba, com a missão de garantir os meios efetivos que assegurem à sociedade paraibana a plena manifestação de sua vontade, pelo livre exercício do direito de votar e ser votada em eleições legítimas, assim como, atender com excelência os cidadãos, conscientizando-os do seu papel na estrutura social. (TRE/PB, 2016).

O TRE/PB foi instalado em 21 de julho de 1932, onde funcionou á época provisoriamente no edifício do Juízo Federal. A partir de janeiro de 1933, foi transferido para o prédio de propriedade do Estado da Paraíba. Em 13 de novembro de 1937 foi instinto e reinstalado em 12 de junho de 1945, passando a funcionar no prédio do Tribunal de Apelação, hoje, atual Tribunal de Justiça do estado. No dia 28 de janeiro de 2000, foi inaugurada a primeira sede própria do TRE/PB, localizada na Avenida Doutor Leonardo Lívio Ângelo Paulino, 201 – Centro, João Pessoa – PB, onde funciona atualmente.

O TRE/PB compõe-se de dois juízes, escolhidos dentre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, cabendo a um deles o cargo da presidência e ao outro o da vice-presidência; de dois juízes de direito, escolhidos dentre os juízes do Tribunal de Justiça do Estado; de um juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região e de dois juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado, nomeados pelo Presidente da República.

Sua estrutura organizacional está dividida de acordo com o seu Regulamento Interno (2016) em: Presidência, corregedoria, juízes membros, ouvidoria, escola judiciária eleitoral, diretoria geral, secretárias, coordenadorias e seções.

4.1 ARQUIVO PERMANENTE DO TRE/PB

O Arquivo Central do TRE/PB é vinculado a Seção de Arquivo e Protocolo (SEAP), que está subordinada à Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação (COJUD) da Secretaria Judiciária (SJ). O Arquivo Central ocupa uma sala de aproximadamente 100m², e

está localizado no térreo do edifício Sede. É responsável pela custódia da documentação de caráter intermediário e permanente da instituição, e tem como função instituir a política de gestão documental, preservando os documentos de caráter permanente para garantia dos direitos, comprovação de cumprimento de deveres e secundariamente preservar a história das atividades eleitorais. Atualmente, o Arquivo conta com dois servidores, sendo um arquivista e o chefe da seção, e dois estagiários de arquivologia.

O arquivo permanente desenvolve as seguintes atividades arquivísticas: arranjo, ordenação, descrição, conservação, atendimento ao público, dentre outras. Seu acervo é formado por aproximadamente três mil metros lineares de documentos, que datam a partir do ano de 1895, e abrange documentos dos gêneros textuais, iconográficos e informáticos.

O acervo permanente é composto por processos jurídicos e outros documentos de caráter histórico, dentre as tipologias documentais estão, ata de instalação da instituição, processo de registros de diretórios, ata final de apuração de votos, mapas eleitorais, entre outras. Nestes documentos estão depositadas informações significativas da atuação da Justiça Eleitoral na Paraíba, como também, de fatos e acontecimentos que marcaram a construção e o desenvolvimento da política no estado. Assim, este acervo apresenta um relevante valor para a história e a cultura da sociedade paraibana.

Quanto aos instrumentos de pesquisa que objetivam orientar o usuário no acesso e uso dos documentos, no momento o arquivo conta com um catálogo, e um guia e inventário em fase de elaboração. A consulta ao arquivo é de acesso livre, exceto a documentação que contém informações sigilosas e de caráter pessoal. Para ter acesso aos documentos, é necessário que o usuário externo, faça a solicitação por meio de um requerimento que deve ser dirigido à Secretária Judiciária.

5 METODOLOGIA

A metodologia científica se propõe a estabelecer métodos e técnicas necessários para se alcançar um objetivo qualquer, através da pesquisa. Desta maneira, Michel (2009, p. 35) ressalta que a metodologia “é um caminho que procura a verdade num processo de pesquisa, ou aquisição de conhecimento.” Sendo assim, a metodologia é fundamental na pesquisa, pois, fornece os meios necessários para a sua execução.

Portanto, Marconi e Lakatos (2008, p. 157) afirmam que a pesquisa se trata de “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” Assim, a pesquisa através dos procedimentos científicos, nos permite realizar estudos e encontrar respostas acerca de um problema proposto. A pesquisa científica torna-se essencial para o progresso da humanidade, pois, a mesma contribui para a evolução do conhecimento humano em todas as áreas e setores da sociedade. (MICHEL, 2009).

A presente pesquisa teve uma abordagem qualitativa, pois esta se caracteriza por envolver dados descritivos e não quantificáveis.

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo. Por isso, carece de uma interpretação dos fenômenos à luz do contexto, do tempo, dos fatos. O ambiente da vida real é a fonte direta para obtenção dos dados, e a capacidade do pesquisador de interpretar essa realidade, com isenção e lógica, baseando-se em teorias existentes, é fundamental para dar significado às respostas. (MICHEL, 2009, p.36).

E se tratando da natureza, a pesquisa é apontada como descritiva e exploratória, uma vez que a primeira proporciona ao pesquisador analisar e descrever com maior precisão os fatos de um objeto. Já a exploratória, de acordo com Severino (2007, p. 123) “busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.”

A pesquisa foi realizada no Arquivo Central do TRE/PB, e teve como sujeitos os servidores e estagiários do setor. Para atingir os objetivos da pesquisa, foi aplicado um questionário semiestruturado, no qual objetivou-se extrair o máximo do entendimento da importância do Arquivo por meio das respostas. O questionário foi fundamentado em 3 (três) blocos, cada bloco foi composto de 2 (duas) a 4 (quatro) perguntas, embasadas nos temas

explorados na fundamentação teórica. São eles: Memória, Arquivos permanentes e Difusão cultural e ação educativa.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os dados da pesquisa foram coletados através do questionário, que foi fundamento em 3 (três) blocos, conforme exposto anteriormente. Foram aplicados 4 (quatro) questionários, no entanto, foram respondidos e devolvidos apenas 3 (três). Para preservar o anonimato dos participantes, a identificação dos mesmos foi definida como: Entrevistado A, Entrevistado B e Entrevistado C. A análise e interpretação dos dados foram baseadas nas respostas dos entrevistados, como também, no referencial teórico que embasou a pesquisa.

No primeiro bloco, foram abordadas perguntas referentes à memória.

A primeira pergunta procurou averiguar *se o arquivo explora a sua função social, e qual a sua relação com a sociedade*. Todos os participantes afirmaram que o arquivo não enfatiza esta sua função. Segundo a resposta do Entrevistado A:

“[...] O arquivo ainda não conseguiu desenvolver uma relação com a sociedade, pois limita-se no atendimento de demandas pontuais.”

Podemos perceber através da resposta, que o arquivo está mais voltado para as atividades internas da instituição, este seu papel de servir as demandas institucionais é importante, mas é essencial também desenvolver o seu elo com a sociedade. Cunha (2004, p. 22) destaca que “[...] é fundamental que o processo da gestão da informação nos arquivos públicos inclua, em sua política e diretrizes, ações de envolvimento com a sociedade, tornando-a consciente do valor desta instituição para a preservação da memória [...]”. Desse modo, é indispensável que o arquivo estabeleça relações de comunicação com a sociedade, possibilitando que essa conheça o seu potencial informativo, cultural e histórico.

Na segunda pergunta procuramos saber se *há um reconhecimento do arquivo enquanto lugar de memória, informação e cultura pelos usuários internos/externos*. O Entrevistado B asseverou que independente do usuário o reconhecimento é mínimo. Já os Entrevistados A e C destacaram que a maioria dos usuários internos enxergam o arquivo apenas como um local de guarda de documentos, quanto aos externos são poucos os usuários que o frequentam. Conforme é relatado pelo Entrevistado C:

Os servidores não reconhecem essa importância, pois sua visão está mais direcionada como um lugar onde apenas são armazenados os documentos, que já não são mais úteis no setor corrente. Em relação aos externos, não há uma busca constante [...], principalmente pelo fato de não haver ações em que o arquivo interaja com a comunidade.

Notamos assim, que por não haver uma divulgação das atividades do arquivo, ocasiona o seu desconhecimento por parte dos usuários externos, bem como sua relevância não é reconhecida pelos usuários internos.

Bellotto (2006, p. 246) ressalta que “se, no entanto, essa sociedade conformar-se em nele ver apenas um “depósito de papéis velhos”, sem lhe compreender a função e a utilidade, ela não terá meios eficazes de reencontrar sua memória”. Portanto, o arquivo deve engajar-se para atrair seu público e conscientizá-los acerca dos documentos arquivísticos e de sua importância no contexto histórico, cultural e de memória.

Abordamos no **segundo bloco** perguntas sobre arquivo permanente.

A primeira pergunta buscou saber se *o arquivo alcança o público almejado, ou ainda precisa melhorar os produtos e serviços oferecidos*. E todos os Entrevistados afirmaram que, o arquivo não conseguiu conquistar o público desejado e que precisa criar mecanismos para divulgar seus serviços. Os Entrevistados B e C enfatizaram que:

“[...] O arquivo precisa promover meios que atraiam os diversos públicos, desde os pesquisadores, estudantes e até mesmo o cidadão comum”.

“A instituição precisa reconhecer e investir na disseminação das informações que possui em seu acervo, [...] criar canais de comunicação com o uso de tecnologias, eventos, [...]”.

Observamos através das falas, que há um grande interesse em atrair novos usuários, e para que isso aconteça, reconhecem a necessidade de investir na divulgação do arquivo.

A segunda pergunta tratou saber *qual o perfil dos usuários que frequentam o arquivo*. Os Entrevistados alegaram que a maioria são os usuários internos, em seguida estão os advogados, e que recebem esporadicamente, pesquisadores, historiadores e acadêmicos.

Na terceira perguntamos sobre *a demanda quanto ao acesso à documentação de valor permanente, e quem são os principais solicitantes*. Todos os Entrevistados relataram que o acesso é mínimo, e que a maioria são solicitados pelos usuários internos. Podemos, assim, observar que o acervo é pouco utilizado pelo público interno e principalmente pelo externo.

Abordou-se no **terceiro bloco** perguntas relacionadas à difusão cultural e ação educativa.

A primeira pergunta questionou se *o arquivo utiliza algum serviço para promover e divulgar seu patrimônio documental*. Os respondentes revelaram que o arquivo não conta com nenhum meio de divulgação. De acordo com o Entrevistado A: *“O arquivo do TRE/PB ainda não conseguiu implementar serviço efetivo de promoção e divulgação do seu acervo.”*

Os Entrevistados B e C ponderaram que, apesar da ausência, também, não existe iniciativa para a realização destes serviços.

Portanto, percebe-se a inexistência de uma política que englobem atividades de promoção do arquivo. “É necessário que os profissionais da informação estimulem o processo de promoção dos produtos e serviços que são oferecidos nos arquivos, trazendo uma maior quantidade de usuários para a instituição, promovendo a sua fidelização [...]” (MENEZES, 2012, p. 48). Assim, os serviços de divulgação nos arquivos são essenciais para atingir seu público-alvo, pois é através dos mesmos, que a população passa a ter conhecimento das atividades desenvolvidas, instigando o interesse do usuário em visitá-lo frequentemente, tornando o acervo consultado com frequência, e assim, conquistar o reconhecimento do arquivo enquanto fonte de informação, memória e conhecimento.

Na segunda pergunta foi questionado *se a realização de ações culturais e educativas pode possibilitar uma melhoria da visibilidade do arquivo no meio social*. Todos os Entrevistados concordam que estas ações podem contribuir na visibilidade do arquivo. O Entrevistado A relatou que *“essas ações são meios excelentes para levar ao conhecimento da sociedade, os produtos e serviços que o arquivo possui e que não são explorados por falta de conhecimento do público.”* Já o Entrevistado B declarou que:

Há uma riqueza cultural imensa neste arquivo, informações de políticos que participaram do desenvolvimento da Paraíba, resultados, fatos e números que podem explicar o desenrolar da administração política no estado. Estas ações são formas de dar acesso e despertar a pesquisa trazendo grandes informações para a explicação de fatos relevantes para a sociedade.

Conforme as respostas percebemos, que há um reconhecimento do quanto a prática e o desenvolvimento de ações culturais e educativas podem significar para o arquivo. Diante destes relatos, podemos considerar que a difusão cultural no arquivo do TRE/PB viabiliza o envolvimento com a sociedade, ampliando o seu reconhecimento social.

Na terceira perguntamos *quais contribuições que as ações culturais poderiam trazer para o arquivo*. Segundo o Entrevistado A *“estas ações proporcionarão uma melhor visibilidade dos produtos e serviços do arquivo, despertando o interesse da sociedade pela exploração do patrimônio documental”*. Já o Entrevistado C afirmou que, estas ações são fundamentais para atrair o público em geral, para que o arquivo cumpra sua função de cunho social. O Entrevistado B fez a seguinte declaração:

Estas ações poderiam transformar o arquivo do TRE/PB, em um arquivo referencial em disponibilização de informações da Justiça eleitoral do estado da Paraíba como também nacional, no que tange as atividades eleitorais realizadas durante os pleitos e sua modernização.

Estas observações realizadas pelos Entrevistados A, B e C nos permitem notar, o quanto as ações culturais podem contribuir com o arquivo do TRE/PB, proporcionando o alcance do público desejado, como também, notamos o desejo dos que fazem o arquivo, em torná-lo um arquivo reconhecido não só na Paraíba, mas também no Brasil. Barbosa e Silva (2012, p. 46), expõem a importância da realização desta função arquivística:

É por meio da difusão que se dá visibilidade às fontes, antecipando ao público a riqueza documental de um arquivo. Sua importância está em chamar a atenção para o que está guardado em um arquivo público; em dar publicidade ao que já é público, mas que muitos não conhecem; em construir, através do conhecimento desse patrimônio, a noção do seu valor.

Portanto, é nesse sentido que se confirma a importância do arquivo desenvolver atividades arquivísticas que englobem dimensões sociais, culturais e educativas.

Na quarta pergunta solicitamos a ***apresentação de atividades culturais e educativas que seriam relevantes para promover o arquivo.*** Foram expostas as seguintes atividades:

Entrevistado A:

- Estabelecer parcerias com instituições de educação, para a realização de visitas, com o intuito de mostrar os serviços e atividades oferecidos pelo arquivo.

Entrevistado B:

- O arquivo deve investir na disponibilização de suas informações por meio da WEB, visando atingir um maior público devido à facilidade de acesso;
- Promover eventos na própria instituição, com temas ligados à documentação, para a participação da sociedade local (escolas, universidades e entidades políticas).
- Investir em folders para distribuição em escolas, apresentando informações referentes ao arquivo (serviços e atividades), e a importância deste Tribunal para a democracia na Paraíba.

Entrevistado C:

- Visitas técnicas direcionadas aos usuários internos, pois grande parte, nunca frequentou o setor de arquivo, desconhecendo sua importância tanto para a instituição como para a sociedade;

- Atividades educativas que venham a ser realizadas com o público escolar do ensino fundamental e médio.

Assim, percebemos as inúmeras atividades passíveis de serem desenvolvidas no arquivo do TRE/PB. Observa-se através do que foi descrito pelos entrevistados, que os mesmos visam atingir um amplo público com a realização de ações de cunho cultural e educativo.

6.1 SUGESTÕES DE ATIVIDADES DE DIFUSÃO CULTURAL

As sugestões das atividades foram embasadas na literatura arquivística, como também, nas apresentadas pelos sujeitos da pesquisa. Usou-se o critério de selecionar as que vão de encontro com as características que o arquivo dispõe: (instalação, recursos humanos e materiais). É importante ressaltar, que a iniciativa de apresentar algumas atividades que podem ser desenvolvidas, baseia-se pela inexistência de serviços de divulgação do arquivo e pelo desconhecimento dos usuários internos e externos, este panorama foi confirmado pela pesquisa. Desse modo, é fundamental não só a implantação de uma política de atividades culturais e educativas, pois, estas não podem ser realizadas de forma aleatória, mas também, é necessária sua manutenção e avaliação permanente, a fim de atingir qualidade e sucesso na sua prática.

Portanto, foram estabelecidas 5 (cinco) atividades voltadas aos usuários internos e externos:

1. Treinamento dos servidores do arquivo central - visando habilitar os servidores do arquivo para melhor exercer suas funções;
2. Visitas técnicas - proporcionando o contato direto do visitante com o arquivo, possibilitando conhecer as atividades e serviços desenvolvidos;
3. Exposições - com o intento de explorar as potencialidades do acervo e disponibilizá-las para o público em geral;
4. Folder informativo - como forma de apresentar as atividades e serviços do arquivo, sua distribuição pode ocorrer nas visitas técnicas, exposições e demais eventos realizados na instituição;

5. Criação de um link do arquivo no site do TRE/PB - possibilita uma ampliação da disseminação e o acesso as informações, proporcionando alcançar um número maior de usuários.

No quadro abaixo, foram estabelecidos os objetivos, duração e resultados esperados na realização das atividades:

Quadro 1: Sugestões de atividades de difusão cultural.

NOME DA ATIVIDADE	OBJETIVO	DURAÇÃO	RESULTADOS ESPERADOS
<ul style="list-style-type: none"> Treinamento dos servidores do Arquivo Central. 	<p>→ Capacitar os servidores para melhor exercer suas funções no arquivo, incluindo as atividades culturais e educativas.</p>	<p>Continuamente</p>	<p>Com a capacitação os servidores poderão executar suas atividades com mais esmero, prestando um serviço satisfatório aos usuários do arquivo. Pois, a imagem da qualidade na prestação do atendimento, é essencial para fidelizar os usuários, como também, para garantir o reconhecimento do Arquivo.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Visitas técnicas (usuários internos e externos). 	<p>→ Proporcionar o contato dos visitantes com o Arquivo, possibilitando que estes conheçam o acervo documental, seus serviços e atividades.</p>	<p>Continuamente</p>	<p>Aproximar os usuários internos e externos, conscientizando-os da importância do Arquivo para a memória e cultura da sociedade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Exposições. 	<p>→ Explorar uma temática a partir dos documentos, revelando a potencialidade do acervo, sendo dirigida aos diferentes públicos.</p>	<p>Periodicamente</p>	<p>Despertar o interesse dos usuários internos em visitar o arquivo, como também, aumentar a presença da sociedade no mesmo.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Folder informativo. 	<p>→ Apresentar informações referentes ao Arquivo (localização, telefone, e-mail, horário de funcionamento), seu acervo,</p>	<p>Continuamente</p>	<p>Atrair novos usuários para conhecer o Arquivo.</p>

	serviços e atividades desenvolvidas.		
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um link do arquivo no site do TRE-PB. 	<p>→ Divulgar as atividades e serviços do Arquivo, como também, disponibilizar documentos digitalizados para consulta online, facilitando e democratizando o acesso as informações arquivísticas.</p>	Continuamente	O Arquivo pode ser explorado de modo a obter um maior alcance de usuários, inclusive aqueles que não teriam condições de frequentá-lo de forma presencial.

Fonte: Própria do autor, 2016.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A idéia do arquivo enquanto um lugar de custódia, preservação e conservação de documentos para servir a fins administrativos, faz parte do senso comum. Entretanto, precisamos compreendê-lo para além desta competência, como um espaço social, cultural e educativo, sobretudo, como um ambiente de consolidação da cidadania e de construção de novos conhecimentos. Sendo assim, para que esta sua função social seja reconhecida, é necessário que os arquivos desenvolvam ações de disseminação da informação, e é através da difusão cultural, que o arquivo estabelece a sua relação com a sociedade.

O estudo buscou compreender a perspectiva de difusão cultural do Arquivo permanente do TRE/PB. Ao explorarmos o Arquivo, observamos que este, tem como função principal o atendimento às atividades e demandas administrativas, esta sua função é importante, porém, é essencial que seja promovido e reconhecido o seu potencial histórico e cultural. No entanto, observou-se que há uma negligência por parte dos próprios servidores da instituição, por não reconhecerem a relevância do arquivo enquanto espaço social, este é compreendido como um depósito de documentos que não são mais úteis às seções.

Constatou-se que o arquivo não explora a sua função social, e que a presença de usuários externos é quase que desconhecida. Percebeu-se através da pesquisa, uma falta de empenho por parte dos servidores do Arquivo Central, em desenvolver ações de interação com a comunidade, além do mais, confirmou-se a inexistência de serviços de promoção das atividades do arquivo. Contudo, é preciso que os próprios usuários internos reconheçam que o arquivo existe para além desta função de ser um mero depósito de documentos, pois, seu acervo detém informações expressivas de fatos e acontecimentos que marcaram a história da política no estado Paraíba, representando um contexto essencial de informação, cultura e memória para a sociedade paraibana. Sendo assim, cabe ao arquivo conquistar seu espaço, fica evidente a necessidade de adotar uma nova postura relacionada à disseminação do seu acervo, pois, do que adianta recolher, organizar e preservar os documentos, sem disseminar as informações, sem se preocupar em conquistar o seu público, afinal para quem se organiza, se não para os usuários.

Desse modo, reconhecemos que é através da difusão cultural, que o arquivo permanente do TRE/PB poderá conquistar tanto os seus usuários internos, como também, a sociedade. Ao explorar a sua função social, através de ações culturais e educativas, o arquivo mantém o seu elo com a comunidade, conquista o seu reconhecimento social, e o mais importante, contribui com a construção do conhecimento da sociedade.

Nesse sentido, esta pesquisa nos permitiu a sugestão de atividades de difusão cultural, as quais foram pensadas levando em consideração as reais necessidades do Arquivo permanente do TRE/PB. No entanto, é importante frisar que, para a adoção das atividades, é necessária a criação de uma política, além disso, estas ações precisam ter uma avaliação constante, para assim, garantir a qualidade dos serviços prestados.

Conclui-se esta pesquisa, com a convicção de que é possível os arquivos permanentes estabelecerem o seu diálogo com a sociedade, através das ações culturais e educativas, mas para isso acontecer, é necessário que os Arquivos reconheçam esta sua dimensão educativa, social e cultural e passem a explorá-la em benefício da comunidade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber da. Difusão em arquivos definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do estado de São Paulo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 4, 1994.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. Heloísa Liberalli. **Arquivística: objetos, princípios e rumos**. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.
- BRASIL, Arquivo Nacional. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- _____. Lei N° 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 25 maio 2016.
- CABRAL, Rosimere Mendes. Arquivo como fonte de difusão cultural e educativa. **Revista Acervo**, v. 25, p. 35-44, 2012.
- COURY, Wilson Biancardi. **O poder e informação**. Disponível em: <http://www.timaster.com.br/revista/artigos/main_artigo.asp?codigo=424>. Acesso em: 05 out. 2016.
- CUNHA, Murilo Bastos da. A biblioteca digital (resenha). **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, p. 1-2, jan. 2004.
- JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, v. 25, n. 2, p. 209-221, maio/ago. 1995.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MATHIEU, Jacques; CARDIN, Martine. Jalons pour le positionnement de l'archivistique. In: **La place de l'archivistique dans la gestion de l'information: perspectives de recherche**. Montreal: Université de Montreal, 1990.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MENEZES, Priscila Lopes. O processo de difusão desenvolvido pelos arquivos públicos estaduais da região sul do Brasil. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 6, n. 3, p. 47-71, dez. 2012.

Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/6164/4790>>. Acesso em: 25 set. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, p. 7-23,dez. 1993.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PARAÍBA. **Tribunal Regional Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tre-pb.jus.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

PEREIRA, Maria Juvanete Ferreira da Cunha. O arquivo público enquanto lugar de memória. **Em tempos de Histórias**, Brasília, n.10, p. 94-116, 2006.

PEREZ, Carlos Blaya. Difusão dos arquivos fotográficos. In. Peres, Rosanara Urbaneto. **Org. Caderno de Arquivologia: 2**. Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Arquivologia. Santa Maria, 2005.

REIS, Luís. O arquivo e arquivística evolução histórica. **Biblios**, ano 7, n. 24, p. 1-11, abr./jun. 2006.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6° ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23° ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Questionário aplicado aos servidores e estagiários do Arquivo Central do TRE/PB.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

Solicitamos sua colaboração, no sentido de responder a esse questionário como colaboração para o Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **DIFUSÃO CULTURAL NO ARQUIVO PERMANENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, a ser apresentado ao curso de graduação em Arquivologia/UEPB. Informamos que os dados coletados serão utilizados, exclusivamente, para fins acadêmicos, sendo preservado o direito ao anonimato dos respondentes.

Emmanuelle Pereira Ferreira
(Graduanda Arquivologia/UEPB)

QUESTIONÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Gênero:
- 1.2 Idade:
- 1.3 Grau de instrução:
- 1.4 Faz quanto tempo que você trabalha no arquivo:

2 MEMÓRIA

- 2.1 O arquivo permanente do TRE/PB explora a sua função social, como você avalia a relação do arquivo com a sociedade?

2.2 Segundo sua experiência, o arquivo é reconhecido enquanto lugar de memória, informação e cultura pelos usuários internos/externos?

3 ARQUIVO PERMANENTE

3.1 O arquivo alcança o público almejado, ou ainda necessita melhorar os produtos e serviços oferecidos?

3.2 Diante de sua convivência no arquivo, qual o perfil dos usuários que o frequentam?

3.3 Qual é a demanda quanto ao acesso à documentação de valor permanente? Quem são os principais solicitantes os usuários internos ou externos?

4 DIFUSÃO CULTURAL E AÇÃO EDUCATIVA

4.1 O arquivo utiliza algum serviço para promover e divulgar o seu patrimônio documental? Se sim, quais?

4.2 Em sua opinião, a realização de ações culturais e educativas pode possibilitar uma melhoria da visibilidade do arquivo no meio social? Por quê?

4.3 Na sua opinião, quais contribuições que as ações culturais poderiam trazer para o arquivo?

4.4 Na sua visão, apresente algumas atividades culturais e educativas que seriam relevantes para promover o arquivo permanente?

Obrigada pela colaboração!

ANEXOS

ANEXO A - Solicitação de permissão para a coleta de dados da pesquisa.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - Campus V
 João Pessoa - PB
Curso de Arquivologia

**Missão:**

Formar profissionais éticos e competentes na área de Arquivologia, comprometidos com a transformação e a valorização do ser humano para o exercício da cidadania.

OFÍCIO/CCBSA/ARQ/004/2016

João Pessoa, 24 de fevereiro de 2016

Ilmo. Sr.

JOSÉ NAGILIEUDO BEZERRA LEITE

Chefe da Seção de Arquivo e Protocolo do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - TRE/PB

Assunto: **Solicitação de permissão para coleta de dados**

Solicitamos a V.Sa. a permissão para que o(a) aluno(a) **EMMANUELLE PEREIRA FERREIRA**, matrícula **112530877**, regulamente matriculado(a) no **8º** período do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Campus V, possa ter acesso à **Seção de Arquivo e Protocolo** dessa instituição para realização de visita técnica e coleta de dados ao arquivo.

Informo que a coleta de dados é **estritamente de ordem acadêmica**, em cumprimento às atividades do componente curricular TCC. Diante do exposto, é de fundamental importância essa parceria, na qual o(a) aluno(a) poderá ter a oportunidade de colocar em prática os ensinamentos de Arquivologia.

Certos de podermos contar com a vossa compreensão, registramos nossos agradecimentos.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
 Esmeralda Porfírio de Sales
 Coord. do Curso de Arquivologia
 Tel: 336777-3


Atenciosamente,

Prof.ª Ma. Esmeralda Porfírio de Sales
Coordenadora do Curso de Arquivologia

Campus Universitário V - Alcides Carneiro
 Rua Horácio Trajano, S/N - Cristo Redentor
 João Pessoa - Paraíba - Brasil
 Fone: (0xx83) 3223-1128
www.uepb.edu.br

ANEXO B - Autorização para a coleta de dados da pesquisa.

:: SEI / TRE-PB - 0053361 - Ofício :: Página 1 de 1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
Avenida Princesa Isabel, 201 - CEP 58013911 - João Pessoa - PB

Ofício nº 648 / 2016 - TRE-PB/PTRE/DG/SJ/COJUD/SEAP
João Pessoa, 12 de maio de 2016.

Ilma. Sra.
Esmeralda Porfírio Sales
Coordenadora do Curso de Arquivologia/UFPB
Campus Universitário V - Alcides Carneiro
Rua Horácio Trajano, S/N - Cristo Redentor, João Pessoa-PB

Assunto: Resposta ao Ofício nº 04/2016

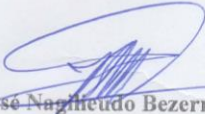
Senhora Coordenadora,

Em resposta ao ofício nº 04/2016, dessa Coordenadoria, solicitando permissão para que a acadêmica EMMANUELLE PEREIRA FERREIRA SILVA tenha acesso ao Arquivo deste Tribunal com o intuito de realização de visita técnica e coleta de dados para embasamento de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, informamos que foi gerando o procedimento administrativo SEI de nº 0001715-54.2016.6.15.8000, onde foi proferida a seguinte decisão:


“ ... acolho o posicionamento da SJ e defiro o pedido, registrando que o acesso a documentos seja feito apenas acompanhado de servidor desta Casa.”

Informamos, ainda, que o acesso será supervisionado pela servidora responsável pelo Arquivo deste Regional, Gabriela Almeida Garcia.


Atenciosamente,



Jose Naglieudo Bezerra Leite
Chefe da Seção de Arquivo e Protocolo



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ NAGLIEUDO BEZERRA LEITE, Técnico Judiciário**, em 12/05/2016, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0053361** e o código CRC **EA3097D8**.

0001715-54.2016.6.15.8000 0053361v6

https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_or... 28/08/2016

ANEXO C – Termo de consentimento de livre esclarecimento apresentado aos sujeitos da pesquisa.



TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO – TCLE

Eu, _____, declaro que autorizo, de forma gratuita e sem ônus, a divulgação das minhas respostas, no questionário aplicado para fins de exercício sobre as técnicas coleta de dados da pesquisa, desenvolvido para o TCC (monografia) do Curso Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.

Tenho conhecimento que o referido exercício está sendo realizado pela graduanda **Emmanuelle Pereira Ferreira**, sob a orientação da professora **Mr^a. Claudialyne da Silva Araújo**, para o TCC intitulado **Difusão Cultural no Arquivo permanente do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba**.

Estou ciente de que as informações contidas em meu questionário poderão ser apresentadas em outras atividades acadêmicas, como palestras, mostras, aulas, **sempre**, sem fins lucrativos e resguardando a minha identidade.

João Pessoa, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do entrevistado